

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**

**UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL/RO**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ELI REGINA ZAMPIERI SOUZA**

**TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS  
COMO FERRAMENTA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NA  
COMUNIDADE TERAPÊUTICA NOVA ALIANÇA**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Artigo**

**Cacoal-RO**

**2013**

**ELI REGINA ZAMPIERI SOUZA**

**TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS  
COMO FERRAMENTA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NA  
COMUNIDADE TERAPÊUTICA NOVA ALIANÇA**

Artigo apresentado a Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR - *campus Cacoal* como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do Prof. Ms. Cleberson Eller Loose.

**Cacoal - RO**

**2013**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS CACOAL**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O artigo intitulado **“Transparência Na Prestação De Contas Como Ferramenta Para Captação De Recursos Financeiros na Comunidade Terapêutica Nova Aliança”**, elaborado pela acadêmica Eli Regina Zampieri Souza, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

---

Prof.º Ms. Cleberson Eller Loose  
Presidente

---

Prof.ª Dra. Maria Bernadete Junkes  
Membro

---

Prof. Esp. Nicolas Alessandro de Souza Belete  
Membro

---

Média

**Cacoal - RO**  
**2013**

Sou imensamente grata a Deus, pelo privilégio de concluir essa faculdade, e por ter-me fortalecido em todas as situações.

À minha família, que sofreu com minha ausência em especial ao meu esposo, que nunca me permitiu desanimar, só quem ama e acredita, faz o que você fez.

Ao meu orientador, que com propriedade colaborou para o alcance dos objetivos deste trabalho.

Aos professores que contribuíram para o cumprimento de mais uma etapa de minha vida.

Aos meus amigos queridos que não me abandonaram. Carla que mesmo com nossa grande diferença de idade soube me respeitar e amar, Fabiana que nos momentos difíceis uma ajudou a outra, Guilherme que durante o período que estive com nossa turma foi constante ao meu lado e Rafael que sempre atendeu ao meu chamado. Vocês gastaram horas ajudando-me em fins de semanas e feriados inteiros, amigos vocês me ensinaram muito, minha eterna gratidão. Vou amá-los sempre.

Pois a sabedoria entrará em seu coração, e o conhecimento será agradável à sua alma.  
O bom senso o guardará, e o discernimento o protegerá.

Provérbios 2:10-11

## **TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS COMO FERRAMENTA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NA COMUNIDADE TERAPÊUTICA NOVA ALIANÇA**

Eli Regina Zampieri Souza<sup>1</sup>

**RESUMO:** Ganham espaço no Brasil organizações do terceiro setor, que atuam em várias áreas, desde a fiscalização dos entes públicos, educação, saúde, ação social e proteção do meio ambiente. Essas associações sem fins lucrativos tem um papel relevante na sociedade, desse modo, a transparência destas entidades, em relação aos recursos recebidos e a prestação de serviços realizada, mostram-se como uma necessidade, perante os doadores, para garantir assim, um fluxo contínuo de recursos, o que possibilitaria uma melhor atuação na sociedade. Dentro das que atuam nas áreas sociais enquadram-se as Comunidades Terapêuticas, sendo a Comunidade Terapêutica Nova Aliança – CERNA, que está localizada no município de Rolim de Moura – RO, objeto deste estudo, a qual atua na área de tratamento a dependentes químicos, esta entidade não vem conseguindo recursos o suficientes para manutenção de suas atividades. O objetivo da pesquisa é verificar as ações que a entidade tem desenvolvido para captar recursos, junto aos órgãos governamentais e a população civil. O artigo está estruturado, a partir de uma pesquisa bibliográfica e complementado de uma pesquisa de campo realizada através da coleta de dados junto a comunidade local e também na entidade, sendo do tipo descritiva, realizada por meio de um estudo de caso. O resultado alcançado possibilitou identificar que a entidade pesquisada tem desenvolvido ações que visam à transparência em sua prestação de contas tanto dos recursos financeiros como das atividades desenvolvidas. Contudo, a transparência ocorre, mas a forma utilizada para divulgação é ineficiente, atende apenas aos órgãos públicos, diretores e pessoas envolvidas diretamente com a entidade. Ficou evidenciado que o conteúdo do relatório de prestação de contas da entidade atende aos itens determinados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

**Palavra-chave:** Prestação de contas. Terceiro Setor. Transparência.

### **1 INTRODUÇÃO**

O Terceiro Setor é formado por entidades que visam ao atendimento das necessidades sociais da população, constituído basicamente por organizações não governamentais e sem fins lucrativos. A sociedade civil, nos últimos 30 anos, passou a se organizar, criando essa nova vertente no cenário social. Tais entidades atuam de modo a suprir, ainda que parcialmente, as falhas do Estado (TACHIZAWA, 2002).

Dentre outras que compõem o terceiro setor, estão inseridas as denominadas Comunidades Terapêuticas, que vêm crescendo continuamente. Essas comunidades não surgiram ao acaso, nasceram da necessidade manifestada pela população, em busca de socorro pela devastadora situação imposta pela dependência química. Assim como as demais, essas instituições sobrevivem basicamente de doações não só do poder público, mas também da população de forma geral (CHAVES & CHAVES *apud* COSTA, 2009).

---

<sup>1</sup> Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação do Professor Ms. Cleberson Eller Loose.

Parcerias entre Estado e essas comunidades, por meio de políticas públicas, tem sido adotadas para viabilizar transferência de recursos, desde que estas entidades estejam devidamente registradas como personalidade jurídica e nos órgãos que controlam esse modelo de instituição (SENAD, 2011).

A prestação de contas é um instrumento importante para garantir a sobrevivência dessas entidades, pois a prestação de contas é a base da transparência e do controle social, tanto à sociedade como aos órgãos públicos. O conjunto de documentos deve estar disponível às autoridades competentes, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei (CFC, 2008).

Gonçalves (2009) destaca, que tendo em vista esta realidade, espera-se das entidades sem fins lucrativos, que se utilizem das demonstrações contábeis para expressar de onde provém seus recursos e a forma de utilização dos recursos entregues àquela entidade. Sob nenhuma justificativa, pode-se ignorar ou negligenciar a elaboração de sua contabilidade, por menor que seja o seu patrimônio ou até mesmo com dificuldades financeiras.

Os doadores e subventores responsáveis pelo fornecimento de recursos delegam poderes para gestão de tais recursos. Os administradores aos quais tais poderes são delegados devem adotar a prática de *accountability*, ou seja, a prestação responsável de contas. As informações contábeis utilizadas na administração das entidades alcançam atualmente importante significado, sendo que os relatórios provenientes da Contabilidade são requeridos para prestação de contas *accountability* (NAKAGAWA, 1993).

As informações quanto as atividades desenvolvidas, as entradas de recursos e aplicabilidade dos mesmos, não devem ser privilégio apenas do gestor e dos que compõem a diretoria. Devem ser divulgadas de maneira a diminuir assimetria informacional, não se devem mudar apenas as formas de demonstrar receitas e despesas, também os meios pelos quais são divulgados, facilitando o acesso a informação (COBARI *apud* ALBUQUERQUE et al. 2007).

Diante deste contexto, considerando que a Comunidade Terapêutica Nova Aliança (CERNA) preze pela premissa da transparência, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: Porque essa entidade, mesmo que prestando contas de suas ações não vem recebendo doações e subvenções suficientes para a manutenção de suas atividades? Para responder tal questionamento, tem-se como objetivo geral verificar as ações adotadas pela entidade para captação de recursos junto aos órgãos governamentais e a população civil. A partir desse objetivo geral destacam-se os seguintes objetivos específicos: verificar se a entidade está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho Estadual de Assistência

Social, examinar se possui concessão de registro e certificado de entidade de fins filantrópicos, para reconhecimento de utilidade pública Federal, pois tais registros viabilizam a transferência de recursos via governo Federal e Estadual, e avaliar junto aos moradores do município o interesse em relação às atividades desenvolvidas pelo CERNA e sua prestação de contas, havendo interesse para com a entidade é possível empenhar-se por formas de captação de recursos.

Tal pesquisa foi realizada por meio de estudo de caso, utilizando-se de material bibliográfico, documental e aplicação de questionário junto à população local e ao gestor da entidade.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A partir do referencial teórico são abordadas as referências que orientam a presente pesquisa. Trata-se de esclarecer as várias categorias que serão utilizadas para dar conta dos fatos a serem tratados.

### **2.1 TERCEIRO SETOR**

Conforme Código Civil, Lei 10.406/02, integram o chamado Terceiro Setor, os movimentos do voluntariado organizado, as ONG's com personalidade jurídica de associações e fundações. É um personagem novo no cenário da construção democrática no Brasil, “foi traduzida do inglês *“third sector”*, utilizado pela primeira vez na década de 70 nos Estados Unidos” (FERNANDES, 2002).

Em sua maioria, estas associações ou fundações são movidas pelo desejo de amenizar as diferenças sociais. Para Drucker *apud* Olak e Nascimento (2008, p. 4) “organização sem fins lucrativos existe para provocar mudanças nos indivíduos e na sociedade”.

A produção de bens e serviços de mútua ajuda é uma característica, considerada por vários autores, a mais evidente, não tendo como seu objetivo gerar lucros e sim responder às necessidades coletivas. Apesar das diferenças, vale ressaltar que existem entidades que fazem parte tanto do segundo quanto do terceiro setor, tais como associações de escolas interdependentes, cooperativas, associação de previdência, associação de amigos e sociedade de seguro mútuo (HUDSON, 1999).



No Manual de Procedimentos Contábeis e Prestação de Contas das Entidades de Interesse Social, são apresentadas as seguintes características básicas para qualificação das entidades que compõem o terceiro setor (CFC, 2008 p. 23).

- a) promoção de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- b) manutenção de finalidades não lucrativas;
- c) adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação);
- d) atividades financiadas por subvenções do Primeiro Setor (governamental) e doações do Segundo Setor (empresarial, de fins econômicos) e de particulares;
- e) aplicação do resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina;
- f) desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado.

Em virtude do pouco conhecimento da população em relação ao terceiro setor, Hudson *apud* Silva, Vasconcelos e Filho (2008) destaca a necessidade de explorar-se mais esse seguimento como organização social, uma vez que objetivo dessas organizações não é econômico, e sim o bem comum, dos menos favorecidos facilitando o seu acesso a: educação, saúde, moradia e outros.

### **2.1.1 Crescimento das Organizações do Terceiro Setor**

Segundo pesquisa divulgada em 2002 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com ABONG, Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), divulga que no país existiam 276 mil Fundações e Associações Privadas Sem Fins Lucrativos (FASFIL), oficialmente cadastradas. Observa-se que, para o mesmo ano, este conjunto de instituições representava 55% do total das 500 mil entidades sem fins lucrativos constantes do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE). Do universo de cerca de 5,3 milhões de organizações públicas, privadas lucrativas e privadas não-lucrativas que compunham o CEMPRE, as FASFIL representavam, em 2002, cerca de 5%.

No entanto em agosto de 2008, o IBGE, contando novamente com a parceria ABONG, IPEA, GIFE divulgou uma pesquisa realizada em 2005, revelando uma desaceleração no surgimento de novas instituições de 2002 a 2005, o número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos cresceram 22,6%, enquanto entre 1996 e 2002 esse crescimento foi de 157,0%. Esses resultados que sinalizam uma desaceleração no crescimento dessas instituições não diminui seu significado, pelo fato deste grupo representar mais da metade (56,2%) do total de 301,6 mil entidades sem fins lucrativos e uma parcela significativa (5,6%) do total de 6 (seis) milhões de entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, que compunham o CEMPRE.

## 2.2. COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

Dentre outras organizações que compõem o terceiro setor, estão inseridas as denominadas Comunidades Terapêuticas.

O nome “Comunidade Terapêutica” que ao longo do tempo vem substituindo os conhecidos manicômios, hospícios e sanatórios devido a reforma psiquiátrica que se iniciou na década de 80, tornou-se uma nomenclatura oficial a partir da Resolução 101 da ANVISA, de 30 de maio de 2001, que disciplina as normas de funcionamentos das comunidades. Costa (2009, p. 6) diz que, “no Brasil, a grande maioria destas comunidades são vinculadas principalmente a confissões religiosas (católicas e evangélicas)”.

Essas comunidades não surgiram ao acaso, assim como as demais entidades, a falta de capacidade do Estado em lidar com a situação e o total desconhecimento da população em relação ao dependente químico, foram a motivação para que as instituições religiosas tomassem essa atitude. Os principais motivos que determinaram o surgimento das comunidades terapêuticas no Brasil foram: a falta de atendimento do poder público, que enviava os dependentes para hospitais psiquiátricos junto com pessoas com transtornos mentais; e o segundo pelo pedido de ajuda e apoio das pessoas dependentes ou familiares junto às igrejas e instituições religiosas (CHAVES & CHAVES *apud* COSTA, 2009).

Dessa forma essas instituições se espalham pelo Brasil e, segundo Chaves & Chaves *apud* Costa (2009, p. 6) “estima-se que existam [...] no Brasil, cerca de 2.000 comunidades terapêuticas, que oferecem tratamento a 40.000 residentes e emprego a outras 10.000 pessoas”. Essas instituições multiplicaram-se sem qualquer regulamentação, com funcionamento precário em muitas delas, tendo sido determinado pelo Conselho Nacional Antidrogas - CONAD o estabelecimento de um padrão básico para funcionamento das mesmas, assegurando direitos e um mínimo de qualidade aos usuários.

Portanto, as comunidades terapêuticas veem necessidade de adequação às normas legais, inclusive porque a dependência química entrou para o campo da saúde pública. E, as políticas de Assistência Social e Saúde, com base em suas diretrizes, princípios e objetivos que preveem o atendimento a usuários dependentes de substâncias psicoativas, assim informado no Decreto 7179/10, art. 2, inciso II.

No entanto para terem acesso ao apoio financeiro, as comunidades terapêuticas precisam, em primeiro lugar, se adequar às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). É preciso ainda atender às regras dos editais do Ministério da Saúde e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD/MJ), onde

está centralizada a gestão da política antidrogas e dos recursos públicos a serem nela aplicados. Essas orientações constam na cartilha da ANVISA intitulada “Exigências mínimas para funcionamento de serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas”, publicada em 2002.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

No processo histórico das políticas sociais brasileiras em relação a dependência química tem como marco principal a criação da Medida Provisória nº 1.669/1998, que criou a Secretaria Nacional Antidrogas SENAD, a qual era diretamente vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, hoje vinculada ao Ministério da Justiça, conforme Decreto 7426/11. Relacionando-se com o SENAD, os Conselhos Estaduais Antidrogas (COESAD), no caso de Rondônia é o Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas (CONEN) e Conselho Municipal Antidrogas (COMAD).

Dentro de suas atribuições que dispõe o referido Decreto em seu art. 38, parágrafo IX, compete ao SENAD gerir o “Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, bem como fiscalizar a aplicação dos recursos repassados por este fundo aos órgãos e entidades conveniados”.

O FUNAD surgiu por meio da Lei 7.560/86. Esse normativo criou o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate ao Abuso de Drogas (FUNCAB). Em maio de 2001 foi editada a Medida Provisória 2143-32, que alterou a denominação do FUNCAB para Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD). Seus recursos são constituídos por:

[...] dotações específicas estabelecidas no orçamento da União, de doações, de recursos de qualquer bem de valor econômico, apreendido em decorrência do tráfico de drogas de abuso ou utilizado em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas, após decisão judicial ou administrativa tomada em caráter definitivo.

A SENAD tem a obrigação de coordenar a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), por meio da articulação e integração entre governo e sociedade. Em 2008 a SENAD lançou a publicação intitulada “Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil”, que estabelece, “objetivos e diretrizes para o desenvolvimento de estratégias na prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social [...]”, aprovada por meio da Resolução nº 03/2005, representa um avanço nas políticas públicas sobre drogas.

Nas orientações gerais da Política Nacional Antidrogas (PNAD) constam que, no Orçamento Geral da União devem ser previstas dotações orçamentárias em todos os ministérios responsáveis pelas ações da Política Nacional sobre Drogas. Propõem a criação de taxas

específicas em todos os níveis do governo, sobre as atividades da indústria de bebidas alcoólicas e do tabaco, a fim de financiar o tratamento de recuperação (SENAD, 2008).

Aspectos inovadores são adotados pela Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), também conhecida como a nova Lei sobre Drogas. Esse sistema engloba todas as esferas de governo (União, Estados e Municípios), bem como setores da iniciativa privada e terceiro setor. Consta em seu Art. 19, inciso IV, que deve-se dividir a responsabilidade com as entidades, por meio de parcerias. Nessa mesma lei em seu art. 25, autoriza a transferência de recursos às entidades envolvidas no tratamento ao usuário de drogas.

No entanto o Tribunal de Contas da União em seu relatório sobre o desempenho das políticas públicas, realizado em 2010, sugere que “a liberação dos recursos públicos dar-se-á de forma parcelada, condicionada à prestação de contas parcial”.

## 2.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas é um instrumento importante para garantir a sobrevivência dessas entidades. De acordo com Vilanova (2004 apud ASSIS et al. 2005, p. 5): “Nesse cenário, a sobrevivência das organizações bem intencionadas em suas finalidades é assegurada pela prática da transparência em suas ações”.

A prestação de contas é composta por documentos e informações a serem disponibilizadas pelos gestores da entidade aos órgãos fiscalizadores. Existem critérios pré-estabelecidos para entrega desse conjunto de documentos, e através desses documentos suas contas serão apreciadas e julgadas segundo a competência de cada órgão, na frequência estabelecida no estatuto social ou na lei (CFC, 2008).

Cabe destacar que esses relatórios possuem características com elementos importantes como aspectos históricos da instituição, missão, objetivos, evolução, atividades desenvolvidas no período, dados estatísticos, quem são os principais gestores, quais os convênios firmados, quantidade de pessoas atendidas e quais os projetos futuros. Deve também constar nesse relatório as demonstrações contábeis acompanhadas de notas explicativas (OLAK e NASCIMENTO, 2008).

O Tribunal de Contas da União, trata a prestação de contas como uma “obrigação social e pública de prestar informações sobre algo pelo qual se é responsável” e afirma que a prestação de contas é a base da transparência e do controle social. Assim, sua apresentação deve ser primeiramente disponibilizada ao órgão deliberativo da entidade e somente depois, ao órgão público responsável, quando houver (GIMENES, 2010).

A forma mais utilizada para prestação de contas são as demonstrações contábeis, sendo o Balanço Patrimonial e a DRE os mais empregados. As entidades que as utilizam tornam evidentes suas atuações, e um dos papéis da contabilidade é evidenciar, tirar qualquer dúvida que possa pesar sobre a entidade. A divulgação das entradas de recursos e aplicação desses garanti a legitimidade da entidade, não oferecendo qualquer dúvida sobre suas ações (ARAUJO, 2008).

## 2.5 CONTABILIDADE

A contabilidade é o meio de se organizar através dos lançamentos contábeis as movimentações de entrada e saída, e aplicações dos recursos recebidos. Propicia condições para a existência do controle através dos registros de todas as ocorrências de forma correta; Araújo (2009, p. 19) define a contabilidade como, “um sistema de informações idealizado para coletar, registrar, reunir, interpretar e demonstrar os fatos que afetam as situações patrimoniais de qualquer entidade”.

A contabilidade é a principal ferramenta de prestação de contas dos recursos financeiros utilizados pelas entidades do terceiro setor, bem como demonstrar que a informação contábil é um instrumento de grande importância para a tomada de decisão e evidência da responsabilidade da instituição perante a sociedade (OLAK E NASCIMENTO, 2008).

A utilização dos procedimentos contábeis não deve ser apenas um processo rotineiro, devem ser observadas as normas preestabelecidas, para que seu resultado seja eficaz. As demonstrações elaboradas e divulgadas pelas entidades são adaptações da Lei 6404/76, Lei das Sociedades por Ações. Pelo fato das Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL), não possuírem como finalidade o lucro em suas atividades, algumas adaptações são necessárias, como por exemplo, a substituição da conta “Patrimônio Líquido” por “Patrimônio Social” e de “Lucros ou Prejuízos Acumulados” por “Superávit ou Déficit do Exercício” (GUSE e FREITAS, 2009).

Ocorre que em 1999 foi criada a Lei nº 9.790, chamada de Lei do Terceiro Setor, e sua regulamentação apresenta-se como, “[...] a legislação que deve servir de parâmetro e de referência para a contabilização das entidades sem fins lucrativos”. A referida Lei dispõe em seus artigos 4º e 5º que as entidades sem fins lucrativos precisam observar constantemente os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), nos quais consta a elaboração do balanço patrimonial e demonstração de resultados do exercício (CFC, 2008).

As demonstrações contábeis elaboradas pelas entidades do terceiro setor tem sua estrutura estabelecida por meio da NBC T 3, sua divulgação pela NBC T 6. Por entender que essas entidades diferem das demais, o Conselho Federal de Contabilidade elaborou o Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social, traz a NBC T 10 – Normas aplicadas as Entidades do Terceiro Setor, que trata dos aspectos contábeis específicos em Entidades Diversas. Destacando-se a NBC T 10.4 (Fundações) e a NBC T 10.19 (Entidades sem Finalidade de Lucros), que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação dos registros contábeis (CFC, 2008).

Essas normas vieram para regulamentar o trabalho contábil, pois estabelecem critérios a serem seguidos nas avaliações, registros de transações, eventos e de que forma deve ser a estrutura das demonstrações contábeis, determinando todas as informações que devem ser divulgadas (ARAUJO, 2009).

Verificam-se interesses distintos e níveis de conhecimento diferentes entre os usuários da contabilidade, exigindo assim informações compatíveis com o interesse e nível de cada grupo. A contabilidade tem a capacidade de se adaptar conforme a demanda e percepção de seu usuário, produzindo informações condizentes com o interesse de cada um ou de cada grupo (LIMA, 2003).

## 2.6 ACCOUNTABILITY

*Accountability* vem sendo discutida no Brasil com ênfase a partir de 1990, quando Ana Maria Campos divulgou seu artigo “*Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português?” despertando assim o interesse de outros estudiosos. Ainda não há uma tradução para a palavra em português, mas sim um significado, como encontrado no dicionário Michaelis, *accountability* “responsabilidade final”.

Portanto, trabalhos mais recentes trazem uma ideia mais clara sobre *accountability*, os quais aprimoram, debatem e trazem abertamente a responsabilização pessoal pelos atos praticados e declaram a exigente prontidão para a prestação de contas, seja na esfera pública ou privada (PINHO et al. 2009).

Para que *accountability* atinja seu objetivo são necessários três dimensões: informação, justificação e punição. É obrigação dos administradores relatar, explicar e responder pelos seus atos e assim sofrerem as devidas sanções quando violarem seus deveres, como a perda do cargo a ele delegado ou confiado. A importância dentro do conceito de *Accountability* de forma geral é a punição por parte dos agentes fiscalizadores (SCHEDLER *apud* MOTA 2006).

*Accountability* é prestação responsável de contas, fundamentada nas melhores práticas contábeis e de auditoria. O dever de prestar contas está inserido no art. 70 da Constituição Federal de 1988, parágrafo único, que determina: “Prestará qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos”.

Acredita-se que a *accountability* é prejudicada no Brasil em relação ao desafio da transparência, pois muitas das instituições sem fins lucrativos elaboram suas demonstrações contábeis com base em modelos desenvolvidos para atender às necessidades de usuários, ligados a instituições com fins lucrativos, não fazendo uso das normas que o Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu. Este fato pode prejudicar o processo de *accountability*, de avaliação da entidade e de seus gestores e da prestação de contas para a sociedade (JUNIOR, VARELA e MARTINS, 2008).

### **2.6.1 Assimetria Informacional**

Quando não são conhecidas todas as informações, e essas informações são utilizadas para privilegiar uma das partes interessadas, temos assimetria informacional, que surge do não alinhamento de interesses entre o principal e o agente, (ALMEIDA e LAVARDA, 2010).

Pode se dizer que a entidade é eficiente quando as informações não são assimétricas, ou seja, quando os colaboradores têm informações suficientes para acreditar na legitimidade da entidade. Diminuir a assimetria informacional é também apresentar suas demonstrações e relatórios de uma forma entendível a população em geral, pois a linguagem técnica utilizada não atrai o interesse a não ser dos órgãos governamentais que fiscalizam as entidades (ALMEIDA e LAVARDA, 2010).

A assimetria de informação é uma das causas que tem contribuído para o afastamento da sociedade em relação as ESFL, já que muitas vezes a informação clara e objetiva não tem sido praticada por muitas delas. Bueno (2006), afirma que “[...] a organização transparente prioriza o atendimento, favorece o contato e, sob nenhuma hipótese, manipula dados ou informações, com o objetivo de conseguir vantagens. Ela pratica como diz o mercado, o jogo limpo”.

A transparência implica em comunicação eficaz, viabilizando a informação. Albuquerque et al. (2007) ressaltam que a linguagem é um dos maiores barreiras ao desenvolvimento da transparência. O controle social não se faz com abundância de informações, mas com informação suficiente de entendimento simples, acessível a qualquer cidadão.

Esse posicionamento é ratificado por Cobari *apud* Albuquerque et al. (2007, p.7) onde diz que, “[...] a transparência e o acesso a informação são fatores condicionantes, uma vez que só se pode controlar aquilo que se tem conhecimento efetivo”. Facilitar a forma para divulgação desses dados é de suma importância para que se possa ter uma maior participação da sociedade.

A organização transparente está aberta ao diálogo, pronta a rever seus conceitos, buscando adaptar-se aos novos desafios, permitindo acesso direto de seus colaboradores, bem como admitindo rever ações e estratégias, se elas não se mostrarem adequadas (SOLDI et al. 2006).

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa está inserida na área das ciências sociais e possui estudo de caráter exploratório, sendo que a coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, documental, pesquisa em sítios (web), banco de dados da Comunidade Terapêutica Nova Aliança, banco de dados do escritório de contabilidade, com base no ano de 2010, pois devido a problemas técnicos no escritório de contabilidade foram perdidos todos os lançamentos referentes ao ano de 2011 e 2012, e aplicação de questionário.

Considerando seus objetivos, esta pesquisa se constitui do tipo prática, pois seu objeto de estudo se estabelece por uma situação social e por um problema encontrado em tal situação, buscando esclarecer a problemática observada. A pesquisa buscou verificar as ações que o CERNA tem desenvolvido para captar recursos, junto aos órgãos governamentais e a população civil.

A pesquisa também é um estudo de caso, pois foi analisado o caso específico de transparência da entidade, sendo que para isso verificou-se os relatórios de prestação de contas formulados para diretoria e para os demais colaboradores.

Adotou-se como critério de exclusão para o questionário aplicado junto a comunidade local, a idade mínima de 18 (dezoito) anos desde que, alfabetizados e residentes no município no mínimo há 10 (dez) anos.

Para fins de obtenção dos resultados, os dados foram analisados a partir do agrupamento das informações referentes às variáveis. Buscou-se atingir a maior parte dos bairros existentes no município, de diferentes níveis sociais e de escolaridade; a distribuição dos questionários se deu da seguinte forma: 25 (vinte cinco) universitários, 25 (vinte cinco) comerciantes e 50 (cinquenta) em meio a população em geral.



A apuração dos resultados está demonstrada por meio de gráficos, organizados conforme a necessidade do objeto de estudo, tendo como subsídio, para apoio, compreensão e análise dos dados e material bibliográfico.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Nos capítulos seguintes são apresentadas as características da entidade pesquisada, análise e interpretação dos dados coletados e por fim as considerações finais.

##### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA**

A Comunidade Terapêutica Nova Aliança (CERNA) está localizada em Rolim de Moura, segundo dados do IBGE (2010), a cidade possui aproximadamente 50.648 (cinquenta mil seiscientos e quarenta e oito) habitantes, é a 7ª cidade mais populosa de Rondônia, sustenta o 7º maior PIB do Estado. Possui o 18º melhor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da região Norte, e também é a capital da Zona da Mata Rondoniense. Possui *campus* da Universidade Federal (UNIR), e 3 (três) faculdades particulares.

O CERNA iniciou suas atividades no ano de 2003, mas somente em dezessete de novembro de dois mil e cinco registrou seu estatuto, adquirindo sua personalidade jurídica no dia vinte três de novembro do mesmo ano, inscrito sob o nº CNPJ 07.716.409/0001-58, atualmente localizado na Travessa Nova Aliança, nº 3254 – Setor Chacareiro deste município. Esta instituição está ligada a Igreja Evangélica Avivamento Bíblico.

Sua missão é atuar na prevenção da dependência de álcool e outras drogas, e no tratamento do dependente e seus familiares, buscando a reinserção social e uma melhor qualidade de vida. A diretoria é formada por meio de eleição, sendo composta por um presidente, vice-presidente, secretário, vice-secretário, tesoureiro, vice-tesoureiro, conselho fiscal e suplentes. Desde sua fundação já passaram aproximadamente 1.800 (mil e oitocentos) internos. A capacidade total de residentes é de 60 (sessenta) na ala masculina e 10 (dez) na ala feminina, o tempo de internação é de 6 (seis) meses, podendo haver prorrogação, mediante avaliação da equipe técnica. O custo de permanência de cada interno é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) ao mês, em média 25% não contribuem com nenhuma ajuda de custo.

O orçamento anual da entidade é de aproximadamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), esse orçamento provém de: doações R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), ajuda de custo dos internos R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de convênios com órgãos públicos. Constan nos registros da entidade apenas 20 (vinte) doadores

permanentes, pertencentes cidadãos do município. Algumas subvenções oriundas de órgãos públicos tem destinação pré-estabelecida como a exemplo a alimentação, o combustível, etc.

A contabilidade é efetuada por escritório especializado, não são pagos honorários, o escritório presta todo o serviço contábil como forma de contribuição, sendo o proprietário responsável técnico pela entidade.

A entidade presta contas mensal e anualmente, por meio de balancetes de entradas e saídas com comprovantes fiscais, conferidos e assinados pela Diretoria Executiva. É também fiscalizada pelos órgãos aos quais está ligada por meio de convênios e comissões municipais e estaduais.

O quadro efetivo de trabalhadores é composto por 3 (três) contratados, 2 (dois) cedidos pelo município, 1 (um) cedido por empresa de informática e 1 (um) sócio educador cedido pela secretaria de justiça. Existem também 22 (vinte e dois) voluntários, dentre os quais se tem médico, psiquiatra, dentista, farmacêutico, advogado, enfermeiros, dentre outros.

Até o ano 2013, o CERNA está registrado em dois órgãos, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN). Possui declaração de Utilidade Pública Municipal e Estadual, e de acordo com os documentos apresentados não possui título de utilidade pública Federal e certificado de entidade de fins filantrópicos. Porém, a diretoria de maneira geral sabe dos benefícios proporcionados a entidade por essa titulação e afirma estar trabalhando para obter tal certificado, argumentando porém que esse processo é moroso e burocrático.

O CERNA é reconhecido pelo desenvolvimento de seu trabalho, pois já recebeu uma Moção de Aplauso pela Câmara de Deputados Estaduais de Rondônia, e também foi homenageado pela mídia e comércio local pela excelência dos serviços prestados a sociedade.

#### 4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com a pesquisa evidenciou-se que 54% dos entrevistados não tem nenhum conhecimento do que é terceiro setor, neste grupo está a população geral. Os 46% dos que afirmam saber o que é terceiro setor são comerciantes e universitários. O resultado dessa questão veio comprovar o que Hudson *apud* Silva, Vasconcelos e Filho (2008), identificaram, onde foi evidenciado que esse assunto necessita ser explorado, por ser esse tema relativamente novo para a sociedade brasileira.

De acordo com dados obtidos, não é do conhecimento da grande maioria dos entrevistados que o CERNA é uma entidade legalizada conforme consta nas Leis que regem o

terceiro setor; nas respostas que tratam sobre o conhecimento deste quesito pelas pessoas pesquisadas, 67% disseram não saber, 28% sabem e 5% não responderam.

No que tange ao CERNA, a população tem conhecimento da existência da entidade, e que seu objetivo é o tratamento de dependentes químicos. De acordo com o resultado apurado 91% diz conhecer a entidade e apenas 9% não sabe de sua existência. Porém em relação à prestação de contas que a entidade tem divulgado em jornal de circulação estadual, é expressivo o percentual dos que não tem tal conhecimento. Indaga-se qual o motivo dessas informações não chegarem à população? A entidade divulga suas demonstrações contábeis em jornal de circulação estadual, mas conforme apurado em nossa pesquisa, esse jornal é de pouca circulação, não atingindo assim as massas.

É latente a ineficiência da divulgação da prestação de contas da entidade, pois 88% dos entrevistados não a conhecem, conforme apresentado na figura 1:

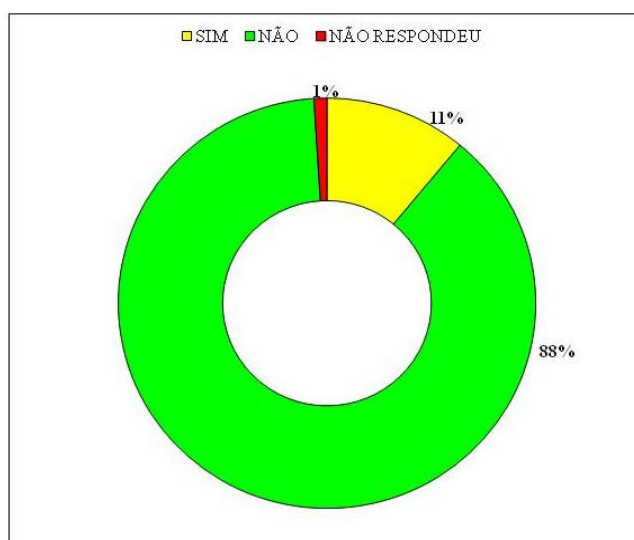


Figura 1 - Conhecimento de que o CERNA divulga sua prestação de contas em jornal utilizando-se das demonstrações contábeis.

Fonte: Proprio autor (2013)

Ressalta-se que 68% dos entrevistados sabem o que são demonstrações contábeis, e acreditam que para um possível colaborador, é importante observar as demonstrações disponibilizadas pela entidade. Esse posicionamento corrobora com a afirmação de Vilanova (2004 apud ASSIS et al. 2005), o qual afirma que entidades bem intencionadas têm a sua sobrevivência assegurada pela prática da transparência.

No entanto a pesquisa nos revela que 71% veem as demonstrações como uma ferramenta de linguagem muito técnica, e 57% acredita que outra forma de prestação de contas seria mais compreensível. Tal percepção está de acordo com o posicionamento de

Lima, (2003), o qual diz que há interesses distintos dentre os vários usuários da contabilidade, exigindo assim informações compatíveis ao nível de cada grupo de usuários, e que a contabilidade possui capacidade de se adaptar conforme a demanda de cada grupo.

Foi verificado que 88% dos entrevistados se tornariam colaboradores, caso a entidade usasse de práticas de prestação de contas mais abrangentes, demonstrando transparência em suas atividades conforme apresentado na figura 2:

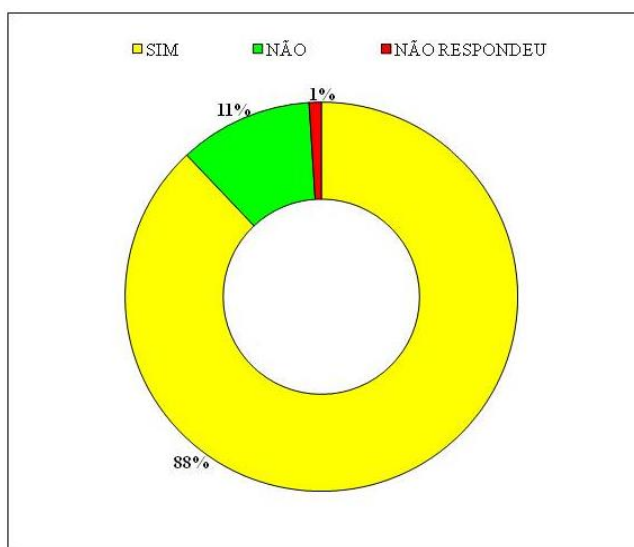


Figura 2: Práticas transparentes de prestação de contas aumentam as possibilidades de se tornar um colaborador financeiro com a entidade.  
Fonte: Próprio autor (2013)

Esse resultado está de acordo com os apontamentos de Cruz (2002) o qual afirma que ao tomar conhecimento da origem e aplicação dos recursos das entidades do terceiro setor, as pessoas se tornam mais receptivas à ideia de contribuírem com essas organizações.

A credibilidade das Comunidades Terapêuticas é grande, pois ao abordarmos os entrevistados em relação à credibilidade nessas instituições constatou-se que 91% acreditam nesse tipo de entidade, demonstrando a sua importância para a sociedade.

No entanto, quando indagados se haveria a possibilidade de fazerem doações por meio de cobrança junto a contas de consumo como, luz e água as opiniões se divergem. Sendo a maior rejeição por parte dos universitários dos quais 80% não concordam com essa forma de doação. Sendo evidente que a melhor aceitação de se utilizar desses mecanismos para doação de recursos se dá em meio à população em geral que dentre os entrevistados 58% aceitariam essa forma de contribuição. Da mesma forma os comerciantes, dos quais 56% dos entrevistados demonstraram receptividade à forma de contribuição por meio de contas de consumo, conforme apresentado na figura 3:



Figura 3: Aceitação da forma de doação  
 Fonte: Próprio autor (2013)

De acordo com os resultados obtidos, fica evidente que a população menos esclarecida, ou seja, com menor nível de escolaridade mostrou-se mais propensa a contribuir com essa forma de doação, da mesma forma os comerciantes. O que foi possível apurar em relação aos universitários, os quais se mostraram contrários a essa forma de contribuição, acreditam na instituição, mas preferem contribuir em períodos como finais de ano ou em campanhas em prol de uma situação pré-estabelecida, a exemplo a construção de uma ala, compra de material de construção, etc.

Vale ressaltar que, ao questionarmos os entrevistados se contribuíam para alguma entidade 78% não colabora, já os 22% que contribuem, apenas metade delas diz saber sobre a forma de prestação de contas da instituição da qual é colaborador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado não conseguindo atender a demanda que lhe é imposta, transfere parte de sua responsabilidade para o terceiro setor. Portanto, já que transfere sua responsabilidade para a sociedade, nada mais justo que transferir parte de suas arrecadações para que a mesma preste serviço de qualidade. As legislações existentes impostas para transferência de recursos e reconhecimento de entidade de fins filantrópicos são de muita importância, pois com seus critérios deliberam o título às instituições que realmente atendam as suas exigências e estejam dispostos a assumir um compromisso com o social.

As entidades desenvolvem suas atividades mediante a utilização de recursos financeiros, materiais e humanos fornecidos pelo Estado, por empresas privadas e por particulares, assim sendo, devem prestar contas de suas atividades a tais doadores. Os recursos financeiros colocados à disposição dos gestores devem ser informados de forma sistemática, transparente e de livre acesso aos financiadores, conforme orientações que constam no manual do CFC.

De acordo com os documentos disponibilizados pela entidade, foi possível certificar-se que: a entidade possui Estatuto Social, tal documento está de acordo com os artigos 46, 53 a 61 do Código Civil, tem personalidade jurídica, atende os requisitos determinados pelo CFC em seu Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social, no que se refere à geração de relatórios de prestação de contas, atende as exigências estabelecidas na Resolução nº 29/2011 da ANVISA, está de acordo com as determinações impostas pelas secretarias, conselhos e sistemas que tratam das políticas públicas voltadas às comunidades terapêuticas, a exemplo SENAD e CONAD, já está inscrito no Conselho Municipal Assistência Social (CMAS) e também no Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN).

Diante do exposto, a entidade está em condições de pleitear seu título de utilidade pública Federal e certificado de entidade filantrópica, possibilitando a mesma, o recebimento de benefício financeiro disponibilizado pelos órgãos estaduais e federais.

Em relação à divulgação de suas atividades e prestação de contas, constatou-se que é ineficiente. Utiliza um jornal de pouca circulação estadual, porém essa divulgação é apenas para atender a determinação estabelecida pela NBC T 6, e exigência dos órgãos e municípios os quais possui convênio, não sendo acessível a maioria dos moradores. Não existe nenhuma ação junto a comunidade, dessa forma não atrai o interesse dos moradores em qualquer ação da entidade seja ela resultado das atividades desenvolvidas ou prestação de contas. Vale ressaltar que todos os relatórios de prestação de contas estão disponíveis na entidade, pois os mesmos são apresentados aos diretores e conselho fiscal mensalmente e acessível aos órgãos fiscalizadores.

A entidade possui um *website* (sítio), onde são apresentadas: missão, forma de funcionamento e fotos de sua estrutura física. Sendo este sítio acessível a qualquer cidadão, seria uma forma eficiente de divulgação dos relatórios de prestação de contas.

Recomendou-se que a entidade utilize esse mecanismo para divulgação de suas demonstrações e relatórios de prestação de contas e ações desenvolvidas em prol da sociedade. Sugeriu-se a formulação de uma cartilha semestral ou anual, a ser entregue aos colaboradores permanentes, em universidades, escolas, etc.

Em função da aceitação da população em efetuar doações por meio de contas de consumo, recomendou-se que os gestores da entidade procurem as empresas fornecedoras de água e luz no município para viabilizar um convênio que possibilite essa forma de doação.

E por último, destaca-se a importância cada vez maior destas organizações, trazendo para as mesmas o desafio de sustentabilidade. Tal desafio implica em manter atividades que

atendam a sua missão, evidenciando suas operações em forma de demonstrações, da origem e destinação dos recursos recebidos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, João Henrique Medeiros et al. **Um Estudo Sob a Óptica da Teoria do Agenciamento Sobre Accountability e a Relação Estado-Sociedade**. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/660.pdf>>. Acessado em: 29/jun/2012.

ALMEIDA, Dalci Mendes; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. **Participação Orçamentária E Assimetria Informacional: Um Estudo Em Uma Empresa Multinacional**. Disponível em: <http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoV/CCG114.pdf>. Acessado em: 01/julho/2012.

ARAÚJO, Osório Cavalcante – **Contabilidade para organizações do terceiro setor** – 1. ed. 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009

ASSIS, Marcio Sanches de; MELLO, Gilmar Ribeiro de; SLOMSKI, Valmor. **Transparência nas Entidades do Terceiro Setor. A Demonstração do Resultado Econômico como Instrumento de Mensuração de Desempenho**. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos32006/149.pdf>>. Acessado em: 12/mar/2012.

BRASIL. **Lei 10.406/2002. Código Civil Brasileiro**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acessado em: 05/jun/2012.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 11.343/2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)>. Acessado em: 05/jun/2012.

\_\_\_\_\_, **Lei 7.560/1986**. Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso: Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109627/lei-7560-86>>. Acessado em: 05/jun/2012.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 1.669/1998**. Cria Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104235/medida-provisoria-1669-98>>. Acessado em: 05/jun/2012.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 2143-32/2001**. Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/100606/medida-provisoria-2143-32-01>>. Acessado em: 05/jun/2012.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Contabilidade. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2. ed. reimpr. - Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/uparq/Manual\\_procedimentos2008.pdf](http://www.cfc.org.br/uparq/Manual_procedimentos2008.pdf)>. Acessado em: 05/mar/2012

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010. **Integração, Articulação, Participação, União Federal, Estados, (Df), Municípios. Reintegração Social e Recuperação do Usuário Dependente Droga**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm)>. Acessado em 14/jul/2012.

\_\_\_\_\_. Decreto 7426/11. **Dispõe Sobre A Transferência Da Secretaria Nacional De Políticas Sobre Drogas, Do Conselho Nacional De Políticas Sobre Drogas**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7426.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7426.htm)>. Acessado em: 05/mai/2012

\_\_\_\_\_. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Resolução nº 29, de 30 de junho de 2011.**

\_\_\_\_\_. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Resolução nº. 101, de 30 de Maio de 2001.**

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional Antidrogas (CONAD). Política Nacional Sobre Drogas (PENAD)**. Resolução nº. 03 de outubro de 2005.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Auditoria de Natureza Operacional**. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias\\_arquivos/Ac%C3%B3rd%C3%A3o%20360\\_2012%20-%20Plen%C3%A1rio.pdf](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/Ac%C3%B3rd%C3%A3o%20360_2012%20-%20Plen%C3%A1rio.pdf)>. Acessado em: 14/jul/2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD. Ministério da Saúde. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.ee.usp.br/departamento/nucleo/CComs/doc/exigencias\\_minimas\\_para\\_funcionamento\\_servicos\\_de\\_atenc.pdf](http://www.ee.usp.br/departamento/nucleo/CComs/doc/exigencias_minimas_para_funcionamento_servicos_de_atenc.pdf)>. acesso em: 12/jul/2012.

BRASÍLIA, Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, 2011. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B7D6555C3-69A4-4B66-9E63-D259EB2BC1B4%7D0>>. Acessado 2/jul/2012.

BUENO, Wilson da Costa. **A Transparência na Comunicação Empresarial**. Disponível em: <[http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/artigos/comunicacao\\_corporativa/artigo7.php](http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/artigos/comunicacao_corporativa/artigo7.php)>. Acessado em 02/jul/2012.

CAMPOS, Ana Maria. Accountability: Quando podemos traduzi-la para o português? - **Clássicos da Revista de Administração Pública**. Disponível em: <[http://ebape.fgv.br/sites/ebape.fgv.br/files/rap8\\_0.pdf](http://ebape.fgv.br/sites/ebape.fgv.br/files/rap8_0.pdf)>. Acessado em: 06/mai/2012.



CRUZ, Célia. **Ética e Transparência: Duas importantes ferramentas na captação de recursos**. Revista Filantropia. São Paulo, julho/agosto 2002. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/midia/eticatransp.htm>>. Acesso em: 03/maio/2012.

COSTA, Selma Frossard. **As Políticas Públicas e as Comunidades Terapêuticas nos Atendimentos à Dependência Química**. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009>>. Acessado em: 04/jun/2012

FERNANDES, Rubens César. **Privado Porém Público, o Terceiro Setor na América Latina** – 3 ed. Rio de Janeiro: Civicus, 2002.

GIMENES, Éder Rodrigo. **Transparência na prestação de contas por Organizações do Terceiro Setor**. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/6493/5220>>. Acessado em: 11/jun/2012.

GUSE, Jaqueline Carla; FREITAS, Antonio Rossi de. **Gestão e Controle Contábil Para Instituições Sem Fins**. Disponível em: Lucrativos: Um Estudo De Caso.< <http://www.sober.org.br/palestra/15/1243.pdf>>. Acessado em: 11/jun/2012.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**. São Paulo: Macron Books, 1999.

IBGE. Estudo e Pesquisa Informações Econômicas: **As Associações Privadas e Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/fasfil.pdf>>. Acessado em: 05/maio/2012

\_\_\_\_\_. **Estudo e Pesquisa Informações Econômicas: As Associações Privadas e Sem Fins Lucrativos no Brasil - 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/fasfil.pdf>>. Acessado em: 05/mai/2012.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=110028>>. Acessado em: 05/maio/2012.

JUNIOR, Alcides Bettiol; VARELA, Patrícia Siqueira; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Implicações das Teorias do Patrimônio Líquido Sobre as Informações Contábeis Divulgadas por Instituições do Terceiro Setor**. Disponível em: <<http://www.dcc.uem.br/enfoque/new/enfoque/data/1216127630.pdf>>. Acessado em 05/maio/2012.

LIMA, Franciane Gonçalves. **A Contabilidade Como Instrumento Essencial No Desenvolvimento Das Entidades Do Terceiro Setor: O Caso ACACCI**. Disponível em: <[http://www.fucape.br/premio\\_excelencia\\_academica/upld/trab/8/franciane\\_contabilidade.pdf](http://www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/8/franciane_contabilidade.pdf)>. Acessado 26/jun/2012.

MICHAELIS, **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>>. Acessado em: 21/jun/2012.

MOTA, Ana Carolina Yoshida Hirano de Andrade. **Accountability no Brasil: Os Cidadãos e Seus Meios Institucionais de Controle dos Representantes**. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/2Fteses%2Fdisponiveis%2F8%2F8131%2Fde-25052007-\\_ANA\\_CAROLINA\\_YOSHIDA\\_HIRANO\\_ANDRADE\\_MOTA.pdf](http://www.teses.usp.br/2Fteses%2Fdisponiveis%2F8%2F8131%2Fde-25052007-_ANA_CAROLINA_YOSHIDA_HIRANO_ANDRADE_MOTA.pdf)>. Acessado em: 25/jun/2012.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução a Controladoria - Conceitos Sistemas Implementação** – 1. Ed. São Paulo: Atlas, 1993.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidade sem fins lucrativos (Terceiro Setor)** – 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PINHO, Lorena de Andrade et al. **O perfil das entidades sociais certificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) da Região Nordeste do Brasil**. Disponível em: <[http://www.aedb.br/seget/artigos08/458\\_-OSCIPs.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos08/458_-OSCIPs.pdf)>. Acessado em: 03/mai/2012.

SILVA, Elton Praxedes Carvalho da; VASCONCELOS, Sandra Stöckli de; FILHO, Miguel Arantes Normanha. **Organizações Do Terceiro Setor: Desafios Na Captação De Recursos Para Sua Gestão**. Disponível em: <[http://www.ideal.com.br/upload/artigos/art\\_161.pdf](http://www.ideal.com.br/upload/artigos/art_161.pdf)>. Acessado em 05/jul/2012.

SOLDI, Alexandra Ribeiro et al. **Transparência No Terceiro Setor: Um Estudo Sobre As Organizações Filantrópicas: disponível em:** <[http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Publicacoes/Jovens\\_Pesquisadores/06/4.6.14.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Publicacoes/Jovens_Pesquisadores/06/4.6.14.pdf)>. Acessado em: 02/jul/2012.

TACHIZAWA, Takeshy. Reflexões sobre o crescimento do Terceiro Setor e Organizações Não Governamentais e seu efeito no papel do Administrador. **Revista Brasileira de Administração**, Brasília, Ano XII, n. 38, setembro 2002.

## **APÊNDICE**

**APÊNDICE A – Questionário.**

Instrumento de Coleta de Dados que foi aplicado ao gestor da comunidade Terapêutica Nova Aliança, com o objetivo de verificar como funciona sua estrutura administrativa, contábil e social.

Nome: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_  
Nacionalidade: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Reside em Rolim de Moura a quanto tempo? \_\_\_\_\_

Questionário:

1) Qual a missão e visão da entidade?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2) Quais as atribuições do cargo que exerce na entidade?

\_\_\_\_\_

3) Tem alguma qualificação específica para o cargo? Qual?

\_\_\_\_\_

4) A entidade possui técnico responsável?

Sim ( ) Não ( )

5) Qual o tempo de existência da entidade?

\_\_\_\_\_

6) Quantos funcionários a entidade possui, e voluntariado?

\_\_\_\_\_

7) Como é composta a diretoria da entidade?

\_\_\_\_\_

8) Qual a capacidade total de atendimento aos dependentes químicos?

\_\_\_\_\_

9) Desde sua fundação quantas pessoas já foram atendidas?

\_\_\_\_\_

10) Qual o custo de cada interno para entidade?

\_\_\_\_\_

11) Qual o tempo de permanência do internado?

\_\_\_\_\_

12) Qual o orçamento anual da entidade?

---

13) Qual a origem desse orçamento?

---

14) No orçamento, como estão divididas estas entradas, entre as diversas origens e seus respectivos valores?

- a. \_\_\_\_\_ : R\$ \_\_\_\_\_
- b. \_\_\_\_\_ : R\$ \_\_\_\_\_
- c. \_\_\_\_\_ : R\$ \_\_\_\_\_
- d. \_\_\_\_\_ : R\$ \_\_\_\_\_

15) As doações advindas de órgãos públicos tem destinação certa?

---

16) Quantos colaboradores permanentes a entidade possui?

---

17) Existe um trabalho junto a comunidade para captação de recursos?

Sim ( ) Não ( )

18) Quais as ações que a entidade desenvolve junto a população para captação de recursos?

---

19) Quais as principais dificuldades para captação de recursos junto aos órgãos governamentais?

---

20) De que forma vocês tem conseguido solucionar esse problemas?

---

21) A contabilidade da entidade é feito por contador na própria entidade ou escritório especializado?

---

22) Quantas vezes por ano a entidade presta contas? e de que forma?

---

23) A entidade acredita que a transparência na prestação de contas pode ser um instrumento para captação de recursos?

Sim ( ) Não ( )

24) As demonstrações contábeis são publicadas? de que forma?

---

25) A entidade é fiscalizada, que órgão é responsável por essa fiscalização?

---

26) Caso seja afirmativa, essa fiscalização é realizada com que frequência?

---

27) A entidade possui registro e certificado de entidade de fins filantrópicos, para reconhecimento de utilidade pública?

---

28) A entidade está cadastrada em algum dos órgãos abaixo?

- a. CMAS                    (   )
- b. CEAS                    (   )
- c. COMAD                    (   )
- d. COESAD                    (   )
- e. CNAS                    (   )
- f. SENAD                    (   )

29) Há projeto para se cadastrar em algum desses órgãos?

Sim (   )   Não (   )

30) É do conhecimento da entidade, que para possuir registro e certificado de entidade de fins filantrópicos, para reconhecimento de utilidade pública, é necessário estar registrado nos órgãos citados na questão 28?

---

31) A entidade já recebeu algum prêmio ou certificado de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, quais?

---

**APENDICE B – Questionário.**

Instrumento de Coleta de Dados que foi aplicado a comunidade local, com o objetivo de verificar o interesse dos mesmos nas ações sociais e de prestação de contas da Comunidade Terapêutica Nova Aliança.

**PERFIL DO ENTREVISTADO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Reside em Rolim de Moura a quanto tempo: \_\_\_\_\_

**Questionário:**

- 1) Você sabe o que é Terceiro Setor?  
Sim ( ) Não ( )
- 2) Sabe da existência de uma entidade para tratamento de dependentes químicos, o Centro de Recuperação Nova Aliança - CERNA?  
Sim ( ) Não ( )
- 3) Sabendo da existência do CERNA, tem interesse em saber de que forma ele desenvolve suas atividades e se tem cumprido com seu objetivo fim?  
Sim ( ) Não ( )
- 4) Caso seja afirmativa, é do seu conhecimento que o CERNA tem seu Estatuto devidamente registrado pelas normas e Leis que regem o Terceiro Setor?  
Sim ( ) Não ( )
- 5) Você tem conhecimento de que o CERNA divulga sua prestação de contas em jornal de grande circulação utilizando-se das demonstrações contábeis?  
Sim ( ) Não ( )
- 6) Você sabe o que são demonstrações contábeis?  
Sim ( ) Não ( )
- 7) Você acha importante para um possível colaborador observar as publicações das demonstrações contábeis que o CERNA divulga?  
Sim ( ) Não ( )
- 8) Na sua opinião, as demonstrações contábeis tem uma linguagem muito técnica?  
Sim ( ) Não ( )

- 9) A prestação de contas deveria ser elaborada de outra forma?  
Sim ( ) Não ( )
- 10) Considerando que a entidade cumpra com sua missão, e seja uma entidade que priorize a transparência, aumentaria a chance de você se tornar um colaborador?  
Sim ( ) Não ( )
- 11) Você acredita na idoneidade desse tipo de entidade?  
Sim ( ) Não ( )
- 12) Caso a entidade firmasse convênios com empresas, como CAERD e CERON, você faria doações vinculadas à sua conta?  
Sim ( ) Não ( )
- 13) Você é parceiro de alguma entidade?  
Sim ( ) Não ( )
- 14) Em caso afirmativo, como é realizada essa doação, e qual o tipo de instituição que você contribui?  
\_\_\_\_\_
- 15) A entidade para qual faz suas contribuições, adota práticas de transparência na aplicações de recursos? de que forma?  
\_\_\_\_\_